

TRANSFORMAÇÃO DE ESPAÇOS EM LUGARES EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA: O CASO DA FAVELA VILA PARQUE DA CIDADE

TRANSFORMATION OF SPACES INTO PLACES IN LOW-INCOME COMMUNITIES: THE CASE OF THE VILA PARQUE DA CIDADE FAVELA

Eliene Jomara Tozetto¹

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) – Brasil

RESUMO

Pretendemos compreender, através dessa pesquisa, em um assentamento popular auto construído, a formação do lugar, além de responder à questões quanto às formas de ocupação e crescimento de uma comunidade de baixa renda e, na mesma, relacionar a dinâmica das transformações dos espaços livres e construídos com o uso dos espaços de domínio público. Serão relacionados aqui os espaços livres e construídos da favela, suas formas de ocupação e especialmente, os mecanismos e estratégias usadas pelos moradores locais para permitir a leitura dos limites entre os domínios. Tomamos como base conceitos como espaço, lugar, cultura, favela, ancrage, domínios público e privado, entre outros, subdivididos nos conceitos 'experiência' e 'espacialidade'. Os resultados apresentados fundamentaram-se nos dados colhidos através da aplicação de instrumentos selecionados segundo os preceitos do método etnográfico de pesquisa, em uma favela escolhida como estudo de caso, a Vila Parque da Cidade e deverão colaborar para a futura elaboração de estratégias de intervenção e melhoria dos espaços das favelas, através da leitura dos valores e elementos identitários dessa micro cultura formada, evitando um uso errôneo de parâmetros extraídos da cidade formal.

Palavras chave: espaço, lugar, cultura, apropriação, domínio.

ABSTRACT

We pretend comprehend, through this research, in a self-built popular community, the construction of the 'place' and answer to the questions about how the occupation happens, the expand of this kind of community and, there, make the relations between the dynamic of the free

¹ Eliene Jomara Tozetto, Mestre em Ciências da Arquitetura e MBA em Gestão de Projetos, eliene.tozetto@unisuam.edu.br, UNISUAM.

or built spaces transformations and the use of the public spaces. There will be made relations between this free and built spaces, their occupation in all the ways, and, specially, the mechanisms and strategies used by the inhabitants to allow the comprehension about the limits between public and private domains. There were taken concepts like space, place, culture, ‘favela’, ‘anchorage’, public and private domains, and then, subdivided in two concepts: ‘experience’ and ‘spaciality’. The results presented were based on informations collected by the application of instruments selected by the ethnographic method research, in a poor community chosen as our case study, the Vila Parque da Cidade and they must collaborate to the future elaborations of intervention strategies and improvement of this poor spaces, in agreement of the identity elements of this little culture formed, avoid a wrong use of the parameters shown by the formal city.

Keywords: space, place, culture, appropriation, domain.

1. INTRODUÇÃO

O universo da favela difere-se do restante da cidade, apresentando uma dinâmica própria, não construída por pessoas especializadas, conforme observamos, em grande parte, na cidade formal. Ainda assim, compõe a paisagem urbana, desde seu princípio, com suas primeiras formas de ocupação, seus primeiros ‘barracos’ e prossegue em constante crescimento.

As transformações nas favelas ocorreram mediante possibilidades, necessidades, disponibilidade de materiais e mão de obra, normalmente encontrada entre amigos moradores da própria comunidade. Crescimento individual e coletivo. Uma troca constante, uma relação de parceria entre os formadores dessas grandes comunidades.

Espaço vivido e cotidiano. Dois eventos indissociáveis. Um é, ao mesmo tempo, fruto e produto do outro. As transformações sofridas pelos espaços livres e espaços construídos na favela estão, dessa forma, relacionados diretamente à cultura local, ou melhor, ao modo de vida, tradições, costumes, crenças, comportamento, a transformações em pequena escala, nas próprias habitações e, em grande escala, na malha urbana do assentamento irregular. Traçado irregular, impreciso e inacabado. Por vezes, um labirinto, mas não como os planejados. É mais complexo. São percursos em constantes transformações, compondo uma malha urbana de conexões inesperadas, imprevisíveis.

Assim, perdida em um labirinto, foi como me senti quando fui apresentada à favela Vila Parque da Cidade, situada no Bairro da Gávea, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Minha primeira visita ao local aconteceu em agosto de 2000, quando fui contratada, como estagiária de arquitetura, para integrar uma pequena equipe do Programa APD-Rio (Programa de Apoio à Comunidades Desfavorecidas do Rio de Janeiro - um convênio entre a Prefeitura local e a União Europeia).

Após algum tempo, os becos e vielas deixaram de me causar surpresas. Subíamos e descíamos as infinitas escadarias com um mapa em nossas mentes. Almoçávamos no ‘Restaurante da baiana’, comprávamos água no Bar QTombo (sim, havia um degrau na frente do bar e, inevitavelmente, alguém se acidentava por lá) e descansávamos nos sofás da Associação de Moradores.

2. OBJETIVOS

Após deixar o Programa APD-Rio, conheci a professora Cristiane Rose Duarte, do Grupo ‘Arquitetura, Subjetividade e Cultura’, do Programa de pós-graduação em Arquitetura da UFRJ. Nosso encontro foi alimentado por alguns porquês, incômodos e questionamentos, surgidos após alguns anos de trabalho na comunidade.

Seguimos em busca de respostas claras e precisas e, mesmo que não conseguíssemos atingi-las, poderíamos contribuir com mais um degrau em conhecimentos e, porque não, gerar mais novos questionamentos. Iniciamos então um trabalho de investigação, para que pudéssemos desvendar as questões acerca dos mecanismos de transformação dos espaços livres da favela e seu processo de apropriação dentro de um sistema próprio de relações sociais, onde os domínios público e privado têm códigos específicos para a definição de seus limites.

2.1. Objetivo geral

Como objetivo geral, nosso estudo buscou compreender o processo de “moldagem do lugar”² em um assentamento popular auto construído; elucidar questões sobre as formas de ocupação e crescimento de uma comunidade de baixa renda e, na mesma, relacionar a dinâmica das transformações dos espaços livres e construídos como o uso dos espaços de domínio público, de uso comunitário, ou melhor, espaços de convívio.

² Duarte, 1993.

Os objetivos específicos eram: (i) relacionar o espaço construído com o uso dos espaços de convívio, compreendendo os limites dados pelos moradores entre ambos; e (ii) analisar a apropriação dos espaços de uso comunitário por parte dos moradores locais, identificando suas diversas formas. Para atender aos objetivos específicos, questões foram formuladas, por meio das quais, prosseguiram os trabalhos de identificação da estratégia de pesquisa, o método escolhido, o recorte espacial e ainda os instrumentos de pesquisa:

- ¿Como é feita a separação semântica entre os domínios público e privado numa comunidade informal? Quais mecanismos são usados? Quais estratégias dos moradores/usuários para permitir a leitura do que é público ou não?
- ¿As transformações do espaço construído local exercem influência sobre os usos dos Espaços de Uso Comunitário (Brasileiro, 2000), na Favela Vila Parque da Cidade?
- ¿Como se dá o mecanismo de apropriação do espaço na cidade informal?

2.2. Justificativa

A compreensão e identificação das formas de apropriação dos espaços de uso comunitário em comunidades de baixa renda colaboram na elaboração de futuras estratégias de intervenção e melhoria do espaço nas mesmas, através de uma leitura dos valores e elementos ‘identitários’ da microcultura local, evitando o uso errôneo de parâmetros da chamada ‘cidade formal’.

3. DESENVOLVIMENTO

A Favela Parque da Cidade seria nosso laboratório de pesquisa, local de coleta de dados, nosso estudo de caso. Isso possibilitou partirmos de dados colhidos e estudados para analisar e compreender processos semelhantes em outras comunidades. Assim, o estudo de caso sugere uma generalização apenas da teoria, podendo ser testada em outros experimentos. Dessa forma, trata-se de um caso imerso em um contexto da vida real, ou melhor, um fenômeno estudado ‘em campo’, relacionado à complexa dinâmica a qual se intercepta.

O trabalho foi guiado por um desenvolvimento teórico, ou melhor, uma pesquisa projetada sobre uma questão de estudo, sugerindo informações coletadas sob critérios escolhidos para análise dos seguintes eventos:

- a. Crescimento físico da comunidade e consolidação e permanência das famílias residentes na mesma;
- b. Elementos simbólicos representativos da cultura local;
- c. Uso e apropriação do espaço pelos habitantes locais;
- d. Alteração no comportamento, tendo como suporte a interpelação espacial das ruas da comunidade;
- e. Alteração no aspecto das ruas, fachadas, edificações.

3.1. Revisão Bibliográfica: a delimitação conceitual

Essencialmente, esse trabalho trata-se da evidente e intrínseca relação entre arquitetura e vida cotidiana, sobretudo na sociedade atual. São, portanto, os dois grandes indicadores dessa relação: experiência e espacialidade. Para compreendê-los imergimos em fontes sobre ‘cultura’, ‘favela’, ‘espaço’, ‘lugar’, ‘apropriação’, ‘pertencimento’. Além desses, investigamos conceitos para a formação do território, que ocorre com o processo de apropriação do espaço e surgimento de um sentimento de pertencimento a um lugar. Os autores consultados podem ser vistos na bibliografia, ao fim desse capítulo.

3.2. Instrumentos de pesquisa

Com o intuito de desvelar o processo de apropriação do espaço na cidade informal, lançamos mão de Observação participativa, Representação gráfica (mapas técnicos e coleta de desenhos da comunidade), Entrevistas semi-estruturadas, Pesquisa iconográfica e documental. Esses instrumentos, melhor identificados abaixo, foram facilitadores para a compreensão de como os habitantes veem e relacionam-se com a comunidade em que vivem, como formam seu ambiente, como utilizam seus espaços e consolidam suas moradias, como entendem a melhoria habitacional dentro de suas realidades e quais são suas satisfações ou insatisfações com o local que habitam.

Seguindo os passos do método indutivo, o processo de pesquisa aconteceu através da observação dos fenômenos. Foram observados fatos e pistas físicas e comportamentais que nos permitiram anotar as relações espaço pessoal, através do Diário de Campo³. Foram registradas

³ O Diário de Campo foi o nosso principal instrumento. Somente através de visitas e anotações regulares eu pude me sentir parte da rotina local e observar a frequência dos mesmos eventos cotidianamente. Mais que isso, a rotina de anotações me aproximou ainda mais dos moradores locais e facilitou o diálogo na aplicação dos demais instrumentos de pesquisa.

semanalmente, ao longo de um ano e meio, quarenta e duas fichas de anotações, contendo a movimentação observada na comunidade, seu uso e apropriação, através de textos descritivos, rápidos croquis ou eventuais registros fotográficos.

O ponto de observação escolhido foi ao lado da venda do Sr. Nicolau, na Avenida Tenente Francisco Mega, por ser a principal de acesso à comunidade, no degrau de acesso a uma residência. Durante os primeiros meses, os transeuntes estranhavam minha presença e não compreendiam meus propósitos com tantas anotações. De certa forma, eu também passei algum tempo para entender de que forma aquelas palavras me ajudariam a responder tantas questões.

Minha compreensão sobre as ferramentas de trabalho mudou, um determinado dia, quando cheguei para o trabalho semanal de relatórios. O degrau onde costumava sentar-me estava tomado de mercadorias do Sr. Nicolau. Ele acabara de receber novo carregamento e estava organizando. Antes que eu pudesse dizer algo, ele já veio me alertando que rapidamente iria “liberar o meu lugar”. A partir daquele momento, tudo o que se tornaria análise passou a fazer sentido. Todas as anotações, observações e o meu Lugar.

Um arquiteto e urbanista inicia a execução de mapas urbanos através da delimitação da área de estudo, área do bairro ou do recorte urbano escolhido. Eu iniciei executando mapas que retratavam acessos e circulações, cheios e vazios, estágio de adensamento, tipos de usos e altura das edificações e, por fim, cobertura vegetal. Todos atualizados e impecáveis. Uma área limitada pela Estrada Santa Marinha, pela Estrada da Gávea e pelo Parque da Cidade.

Mais adiante, após algum tempo de estudo, convidaram-me para a Festa Junina tradicional da comunidade. Quando cheguei para o evento, a Estrada Santa Marinha (geograficamente fora dos limites da Comunidade) estava completamente tomada por barracas de brincadeiras e comidas. O acesso ao Parque da Cidade estava quase totalmente bloqueado. A partir desse momento, comecei a perceber que os limites da Comunidade não eram exatamente como eu os enxergava, ou como a prefeitura local os definia.

Após um ano e meio de pesquisas, resolvemos experimentar mapas mentais⁴, aplicados às crianças da comunidade.

⁴ Mapas Mentais exploram de que forma o habitante vivencia o espaço e interage com ele, de que forma o espaço é apropriado e qual a importância de determinados elementos físicos apontados pelos entrevistados. O papel em branco é um convite ao resgate da memória do entrevistado, da forma que ele preferir expressar.

Não esperávamos grandes resultados, nada tão significativo. Os desenhos são uma representação gráfica do imaginário, nesse caso, infantil. As crianças receberam um papel em branco e canetinhas. Pedimos que cada criança desenhasse sua comunidade. Como resultado, obtivemos desenhos de pessoas alegres, de escadas e morros, e, em muitos desenhos, a entrada principal do Parque da Cidade, flores e plantas. Para evitar alguma interpretação errônea, pedíamos que eles explicassem os desenhos. As respostas eram as mais diversas. O que mais chamou a atenção foi a descrição, de boa parte das crianças, do próprio Parque da Cidade como parte de sua comunidade.

Reafirmamos então que os limites da comunidade eram vistos de forma mais ampla do que os contidos em nossos mapas iniciais. Nossos ‘muros’ em volta da comunidade não faziam o menor sentido.

Para atender a esse instrumento, os questionários eram gravados, com perguntas objetivas, sobre o morador e sua origem, de que forma sua família passou a fazer parte da comunidade, o que ele gosta ou não na comunidade e o que falta nela, o que o morador faz nas ruas além de deslocamento. Questionamos ainda como era sua residência, no momento de sua chegada e quais modificações ocorridas. Por fim, foi questionado até onde é sua casa e a partir de onde começa a rua, até onde ele poderá ampliar sua residência, se o lixo na rua o incomoda.

Foram entrevistados 80 (oitenta) moradores em suas próprias residências. Um pouco resistentes no início. Chegamos a pensar que não obteríamos sucesso nessa etapa. Mas, aos poucos, descobrimos que a abordagem não estava correta. Era formal demais e as perguntas eram difíceis. Passamos a conversar, informalmente. Invertíamos as perguntas conforme a fluidez das informações, pois não precisávamos de uma ordem rígida. Paramos de impor um protocolo. A partir de então, conseguíamos entrevistas ricas em informações, históricos, descrições, datas, memórias.

A pesquisa documental tem como objetivo elucidar questões sobre o processo de ocupação e desenvolvimento da comunidade. Mas foi mais que isso. Resgatamos informações através do IPLANRIO, da associação de moradores da Vila Parque da Cidade e com os próprios moradores. Tornou-se mais um recurso com respostas em fotos, dados e mais memórias.

As imagens escolhidas – de fotos autorais, tiveram como objetivo retratar a favela em suas diversas formas, destacando fachadas, volumes, usos e ocupações, cultura e cotidiano local. Foram reproduzidas em desenhos feitos à mão por dois artistas plásticos: Márcio de

Castro e Giselle Carvalho. Eles aceitaram o desafio de ler e interpretar os espaços e seus elementos, de modo lúdico e artístico, a partir dos conceitos tratados ao longo da pesquisa. O resultado foi a aplicação de uma variedade de técnicas de aquarelas, aguadas, lápis e nanquim, roughs (esboços rápidos) em canetas esferográficas e hidrocores.

4. CONCLUSÃO

O espaço na favela está sempre em movimento, ou melhor, a própria favela é o espaço em movimento. Isso porque os moradores constroem seus lares e o espaço a seu redor. Eles são a própria mão de obra, o trabalho árduo de crescimento e desenvolvimento da área em que vivem.

Por muito tempo, na Vila Parque da Cidade, por estar à margem do sistema urbano e social gerido pela cidade formal, os moradores eram os únicos responsáveis pelo bem-estar físico, espacial, além de social da favela. Eles criaram suas leis de convívio e sistemas próprios de relações interpessoais e com o meio, encontrando seu equilíbrio social.

De forma organizada através da Associação de Moradores, à medida das possibilidades, os moradores já haviam feito, antes mesmo das intervenções urbanas realizadas pela prefeitura local, a pavimentação de suas vias de acesso e circulação e suas escadarias. Em verdade, muitas escadarias ainda apresentavam, cerca de quatro anos antes dessa pesquisa, sua execução em madeira e, alguns poucos trechos da favela, ainda eram de terra batida, além da ausência de boa infraestrutura urbana, mas grande parte das adequações realizadas em prol da saúde e bem-estar dos habitantes estava sendo realizada aos poucos. O que demonstra a participação comunitária de forma representativa.

Em nossa opinião, é dentro dessa lógica social e construtiva, criada pelos moradores da favela, que o projeto para intervenção urbana e arquitetônica, deve ser desenvolvido, preservando e respeitando o modelo iniciado pelos habitantes locais, através de sua compreensão, evitando o erro de substituí-lo radicalmente por modelos encontrados e extraídos da cidade formal. A começar pelo traçado urbano planejado e imposto sobre os usuários da cidade formal. O oposto do ocorrido na favela, onde a sinuosidade do traçado respeita, não só os acidentes geográficos, imposições naturais sobre os caminhos, mas também ao modo de deslocamento dos moradores locais. Caminhos abertos sobre traçados gerados pelo próprio caminhar.

O resultado da experiência coletiva e, especialmente, individual é o movimento do espaço materializado em concreto e asfalto, o conjunto de perspectivas seriadas tão imprevisíveis quanto o próprio percurso. É uma vivência do espaço pelos moradores em seus deslocamentos cotidianos realizados a pé, uma troca entre o morador e o sítio: o morador define os caminhos e o sítio impõe seus obstáculos e dificuldades. O ritmo é variável conforme o percurso: mais intenso nas descidas e mais árduo e lento nas íngremes subidas. O esforço físico, variado conforme as situações encontradas, provocam o reconhecimento e a experiência corporal do espaço da favela e as inúmeras sensações surgidas a cada trecho percorrido. Experiência vivida através dos becos tortuosos, que geram medo e surpresa, o contato próximo com a terra (o orgânico) e com a arquitetura (o fabricado), as perspectivas jamais geradas e observadas em veículos automotivos.

Na Vila Parque da Cidade, os ritmos de percurso resultam da cultura trazida pelos que vieram do Parque da Cidade, do Jockey Clube e, especialmente, de outras partes do país, em um fluxo imigratório intenso de décadas passadas. O somatório dessas culturas é representado não apenas pela micro-cultura local surgida, mas também pela vivência coletiva, pela experiência vivida por cada morador e por todos em conjunto em luta pelo crescimento e permanência deles nessa favela, construída, pouco a pouco, por eles próprios. Situação relatada por Yi-fu Tuan ao falar de uma relação antagônica entre o visitante e o nativo:

Porque para mim as clareiras não dizem nada, (...). Mas, quando eles olhavam os horríveis tocos, pensavam em uma vitória pessoal. As lascas, (...) falavam em suor honesto, de trabalho persistente e recompensa final. (...) Em resumo, a clareira, que para mim era simplesmente um feio quadro na retina, para eles era um símbolo flagrante de lembranças morais e contava um verdadeiro hino ao dever, a luta e ao sucesso⁵.

Yi-Fu Tuan retrata, nessa passagem, o sentimento real do morador nativo que, através de muita luta, consegue transformar os espaços e construir o seu lugar, repleto de significados. O que parece feio para os que chegam, representa, por vezes, uma vida para quem o construiu. Assim é a relação entre o visitante e o nativo nas favelas do Rio de Janeiro. O processo de ocupação leva décadas, até que o morador possa sentir segurança da sua presença e função na comunidade. O longo processo de apropriação de cada pequeno espaço formador de seu 'bairro'

⁵ JAMES apun TUAN, 1980a, p. 74.

e a segurança, surgida simultaneamente, quanto à preservação de seu Lugar. Cada tijolo erguido ou cada laje assentada conta uma história.

Os espaços são apropriados palmo a palmo em toda a área que abrange a Vila Parque da Cidade desde as primeiras formas de ocupação da mesma até toda a sua extensão atingida por meio da expansão. Cada pequena construção resguarda em si o suor de trabalhadores e seus sonhos de moradia.

A apropriação dos espaços nas favelas inicia-se no processo de territorialização. No princípio, são apenas ocupações, livres de formalidades, sem o planejamento habitual encontrado na cidade formal. Isso porque sua ocupação brota de uma raiz aberta, com um potencial enorme de transformação. Não há, como na cidade formal, um planejamento territorial baseado na “demarcação fixa, na interrupção de movimentos preexistentes”. Os territórios são formados de maneira orgânica, imprecisa, não planejada e dinâmica, pois são renegociados com o passar do tempo.

Acontece espontaneamente a partir da própria “invasão de espaços vazios”, ou seja, um ato de demarcação simples, mas que termina em um processo de territorialização. Na Vila Parque os barracos surgiram em meio à mata, como a erva que cresce em meio aos paralelepípedos, e se expandiu até encontrar limites físicos formais. Transformou-se em um microterritório dentro de um território urbano. Uma microcultura, proveniente de uma grande mistura de diversas culturas. Uma cidadela dentro da grande cidade do Rio de Janeiro. Segue regras e normas próprias, suas leis. Ocupam todo o espaço livre e, ao longo das encostas, avançam sobre elas, apoiando em estruturas improvisadas e criando um chão próprio para as edificações.

Pelas ideias de Amos Rapoport⁶, as residências, com suas janelas e portas coladas ao limite das vias de circulação, criam uma ‘lacuna’ entre o que seria, para o habitante, o “meu espaço” e o “não meu espaço”. Além de afastar fisicamente, evitam uma invasão dos olhares indiscretos, mesmo somente por alguns instantes, sobre seus territórios, nesse caso, seus lares, seus habitats.

⁶ Rapoport, 1972.

4.1. Valores materiais, estéticos e afetivos

A favela Vila Parque da Cidade, quando vivida e experienciada, mesmo que não tanto quanto os moradores locais, mesmo que somente durante os passos de uma pesquisa como a que nos propusemos, revela questões importantes de afetividade dos moradores com seus espaços. Afetividade, do verbo ‘afetar’, atingir, numa relação de trocas em que os moradores afetam o Lugar e são afetados por ele.

Após o período de visitação a favela escolhida como cenário para a execução desse trabalho, em nossas constantes conversas com os moradores e anotações, além dos resultados obtidos pela aplicação dos instrumentos de pesquisa, concluímos que para os moradores antigos, mais idosos, o espaço representa, acima de tudo, a realização de conquistas ao longo de um tempo, e a distância está diretamente ligada a esse tempo passado, tanto na própria comunidade como nas cidades de origem. Trata-se do resultado dos valores impostos pelos moradores antigos pela conquista final do trabalho árduo de construção desse Lugar, diferente do que a favela representa para os moradores jovens, uma conquista presente e constante, renovada a cada dia. Para outros, ainda, o ‘poder’ de domínio sobre a comunidade, em especial, para os jovens pertencentes a uma pequena rede de venda de drogas⁷. Para estes, o espaço não representa tempo passado e nem atrela ao mesmo as distâncias.

O tempo também age na favela de forma significativa para as habitações e essa é a grande diferença entre o abrigo da favela e a habitação da cidade formal: a temporalidade. O tempo funciona de forma única e particular para cada um dos casos. O abrigo é visto como temporário, provisório, em constantes modificações e a habitação é vista como o que é durável, permanente, devido a seu planejamento. Na favela o que ocorre é a temporalidade do abrigo mesmo que dure, dessa forma, para sempre, enquanto a habitação, como a vista na cidade formal, é durável mesmo que desabe em pouco tempo. Quando os moradores ganham permanência, o abrigo vem a se transformar potencialmente em habitação, pois perde suas características de provisoriedade, mesmo que num processo infindável de modificações.

Quando as moradias da favela são consolidadas, ganham de fato a temporalidade das habitações da cidade formal, são duráveis. Os valores dados, a princípio, pelos moradores, a objetos elétricos e eletrônicos e mobiliário da casa, enquanto matéria transportável,

⁷ Não representa o foco principal do presente estudo.

investimento em algo que não será perdido em caso de remoção⁸, são transferidos para novos objetos. Não se trata de novos valores, são os mesmos valores que damos a tudo o que nos pertence, a tudo o que nos sentimos proprietários. Após a consolidação, os grandes valores são voltados para a casa porque, nesse momento, o habitante sente-se proprietário da mesma, ele sabe da impossibilidade de remoção e por isso, sabe que não a perderá. Trata-se do processo de adoção da propriedade, primeira etapa da “moldagem do lugar”⁹. Essa certeza, como vimos na favela Vila Parque da Cidade, vem com a legitimação da propriedade além do tempo transcorrido ao longo do crescimento da comunidade.

Os novos valores dados à casa da favela provocam uma série de modificações nas mesmas, tendo como início as transformações dos materiais estruturais e de revestimento. Mas, mais do que isso, os moradores passam a trazer elementos vistos e admirados da cidade formal para dentro da favela, reproduzindo-os em escala menor. Um dos elementos que vimos acontecer na Vila Parque da Cidade com mais frequência foi o uso de portões à frente das casas, muitas vezes encostados na própria fachada e, em alguns casos, formando pequenos espaços comparáveis às varandas vistas na cidade formal. Tais portões, conforme vimos ao longo das análises, não costumam ficar fechados, bloquear a entrada dos moradores, ou mesmo proteger a casa de invasões, um medo latente na cidade formal. Eles ficam abertos, mas existem, conforme os relatos dos moradores, ‘por existir’, por dar ‘status’ aos moradores que conseguem fazer tal investimento.

4.2. Formas de apropriação

O processo de apropriação é constante e infindável. Na favela, é um constante negociar de espaços, preencher vazios, territorializar cada palmo de terra sem dono ou sem função. Territorialização é um processo iniciado pela formação do Espaço Pessoal, o que Amos Rapoport¹⁰ fala enquanto “instinto territorial”, que faz o indivíduo delimitar o espaço próprio. Assim, pesquisamos sobre o processo de ancrage (do português ancoragem), e a formação dos territórios acontecido na favela Vila Parque da Cidade ao longo de muitos anos, desde as primeiras formas de ocupação do espaço, através e cerca de trinta ou quarenta barracos

⁸ Ver Duarte (1993a).

⁹ Ver Duarte (1993a).

¹⁰ Rapoport (1972).

precários, ou melhor, em condições extremas de privação material, social e psicológica, um estado visto e vivido como provisório.

Esse estado ganha caráter de permanência conforme avança o processo de consolidação das habitações na favela. Além dessa apropriação das encostas, antes cobertas pela Mata Atlântica, através da implantação das residências, uma forma de apropriação material, detectamos outras formas de apropriação do espaço na favela, tendo em vista que, todo e qualquer pequeno espaço no território compreendido pela favela, sofreu, de alguma forma, apropriação.

As vias de acesso e circulação, conforme vimos, são o resultado de um percurso gerado pelos próprios moradores em seu processo de ocupação. Elas são, portanto, resultado da apropriação do espaço, tendo em vista que ao ato de habitar, como vimos no segundo capítulo, abrange não só o objeto casa e suas funções, como também todo o cerne de ações que propiciam a vivência no local, como os atos de chegada e saída de casa, possibilitadas pela existência de acessos e espaços para circulação.

Assim como a formação das vias de acesso e circulação, os demais espaços livres são apropriados pelos moradores através da expansão de suas residências já consolidadas. Tal fato segue uma negociação silenciosa, dentro de leis e normas conhecidas por todos que ali vivem, mas não escrita em qualquer documento. Leis que simplesmente existem, são cumpridas e respeitadas. O que nos faz concluir que a expansão residencial realizada pelos moradores provoca uma apropriação de espaços livres sem que prejudique o modo de vida de seus vizinhos, dentro dessas leis de convívio, respeitando o limite definido entre a delimitação da AEIS (Área de Especial Interesse Social, demarcado pela Prefeitura dessa cidade com o objetivo de limitar o território ocupado pela favela) e as vias de acesso e circulação.

Concluimos, com base nas observações e análises, que esse direito de expansão assegurado pelos moradores da favela, inclui o direito de expansão sobre o espaço aéreo da comunidade, considerando o fato de não existir normas para as edificações construídas como, por exemplo, número máximo de pavimentos que cada construção deverá atingir. A ampliação vertical também provoca, como vimos nas análises, a alteração de uso de determinados espaços como no exemplo da residência que, ampliada, bloqueou a visão panorâmica que os moradores tinham da cidade, inviabilizando o uso de um espaço conhecido como mirante. Mas não é um

episódio reivindicado pelos moradores por reconhecerem o direito de cada um de ocupar o espaço aéreo sobre sua residência.

Constatamos ainda a ocupação de outros espaços de uso comunitário (brasileiro, 2000), que são o campo de futebol, localizado na Avenida Parque da Cidade, a nova Creche Comunitária e o espaço ao seu redor e o Centro Comunitário. O primeiro é um pequeno campo onde as crianças e jovens jogam futebol. Reconhecido como espaço de uso comunitário, o espaço livre nunca foi apropriado por qualquer morador em respeito aos demais que o usam. A Creche faz parte da comunidade. O espaço disponível ao seu redor, foi preservado para a construção de um espaço de convívio, mas, por enquanto, é usado pelos moradores para estender roupas em um grande varal ali armado.

Percebemos uma forma de apropriação, pelos moradores, de espaços externos aos limites da favela, provocando uma extensão deles. Trata-se, portanto, da apropriação de espaços públicos e não comunitários. Chamamos esse processo de apropriação comunitária, caracterizada pelo uso frequente do espaço. Tal fato pode ser observado no Parque da Cidade e na Estrada Santa marinha. O primeiro, localizado acima da favela, é considerado pelos moradores verdadeiramente como quintal de suas casas. O espaço é público e é usado pelos habitantes locais especialmente nos fins de semana. Apesar de estar localizado externamente aos limites da favela, é citado como um espaço pertencente à mesma, em que tanto os adultos quanto crianças têm possibilidade de lazer.

4.3. A questão dos domínios público e privado

Nesses anos de investigação (2003 a 2006), seguidas de outros tantos anos de conhecimento da favela Vila Parque da Cidade, percebemos que para o visitante faz-se difícil a compreensão dos limites definidos pelos moradores entre os domínios público e privado, intrinsecamente relacionados na favela. Os limites são definidos por meio de mecanismos e estratégias que fazem parte do cotidiano dos habitantes locais e que buscamos compreender ao longo de nossas pesquisas.

Também concluímos que os espaços da favela, em geral, não são totalmente públicos ou privados, são mais públicos do que privados ou o inverso, dependendo do caso. Um dos principais elementos que concluímos fazer a distinção entre os domínios nas edificações é a porta, especialmente nas edificações residenciais. Ela semanticamente representa o limite opaco que impede não apenas a invasão do estranho em seu domínio privado, mas também a invasão

pelo olhar, o que não é possível através do portão, um elemento permeável e, como vimos anteriormente, repleto de significados simbólicos meramente estéticos.

A fim de melhor analisarmos os processos de apropriação espacial, dividimos as edificações de uso misto encontradas na comunidade, em três grupos de características semelhantes. O primeiro foi caracterizado pelo uso concomitante do espaço para fins residenciais e de comércio ou serviços, o segundo caracterizado por apresentar espaço reservado ao comércio ou serviço em pavimentos não o de acesso e o último caracterizado por reservar espaço imediatamente no acesso à edificação para fins comerciais ou de serviço. Esse último ainda foi dividido em três subgrupos, um em que o comércio ou serviço está resguardado pelos limites físicos da edificação e o morador entra nesse espaço, um em que o comércio também está limitado pela estrutura física da edificação, mas o morador é impossibilitado de entrar no espaço comercial e um em que o comércio extrapola os limites físicos da edificação. Cada um dos grupos foi analisado quanto aos mecanismos e estratégias utilizadas pelos moradores para distinguir o limite entre os domínios público e privado.

No primeiro grupo classificado, concluímos que os domínios não são distinguidos, são mesclados no interior da edificação. A função ‘residência’ e ‘trabalho’ dividem o mesmo espaço. É o caso em que, no interior das residências, os moradores dão aulas particulares para as crianças, produzem e vendem doces ou sorvetes, fazem as unhas ou cabelos de seus clientes. O espaço passa a ter um caráter semiprivado. O morador, nesses casos, conforme pudemos perceber, em sua maioria, não utilizam placas em frente às suas residências e mantém suas portas fechadas, permitindo a invasão sobre seu domínio semipúblico aos que pretendem atender.

O segundo grupo classificado apresenta outras soluções para controlar os limites entre os domínios público e privado no interior das edificações. Caracterizados por permitir uma entrada do cliente na edificação para o acesso ao serviço ou comércio em outro pavimento que são o de acesso, essas edificações tem normalmente acessos independentes para os clientes, bloqueando o acesso às residências por meio de portas.

O terceiro caso, mais encontrado por nós na favela Vila Parque da Cidade, tem como característica comum a localização do comércio ou serviço no pavimento de acesso à edificação. Foram três os tipos de ocorrência encontrados. No primeiro, em que o cliente entra na loja, delimitada pela edificação, há uma esfera de domínio semi público no interior da

construção, por ser mais público que privado e o domínio privado está reservado em espaço não penetrável. Constatamos que esse limite é definido também pela utilização de portas no interior da edificação, nem sempre portas rígidas, mas às vezes, passagens fechadas por cortinas que, nesses casos, funcionam como as portas.

Para os casos em que o comércio ou serviço está resguardado nos limites da edificação, e os clientes são atendidos por intermédio de balcões situados nesses limites, temo, conforme nossas conclusões, a formação de um espaço de domínio semi privado para trás dos balcões, por ser mais privado que público, partido do fato de que não há uma invasão física na loja, mas uma invasão pela observação para o interior da mesma. Por esse motivo, o espaço de domínio puramente privado encontra-se não atrás do balcão, mas somente atrás dos elementos que impedem o alcance da visão dos demais habitantes. Normalmente, são paredes ao fundo da loja, com vão fechados por portas rígidas ou cortinas, preservando a privacidade dos moradores

Em última classificação, há os casos em que o comércio ou serviço extrapola os limites das edificações, ocupando parte dos espaços livres, usados como acesso e circulação pelos moradores. Nesses casos, há a formação novamente de três esferas de domínio. Um espaço de domínio privado escondido atrás de portas que dividem a residência e a loja, um espaço de domínio semi público abrangendo o espaço ocupado pela loja, por ser mais público que privado, por fim, um espaço de domínio também semi público nas vias de acesso e circulação, onde deveria ser apenas um espaço de domínio público, mas não o é devido à utilização particular do espaço para fins de geração de renda.

Uma das considerações que tecemos ao final das análises no que concerne à semântica da separação entre os domínios público e privado na favela e os mecanismos e estratégias utilizadas pelos moradores para permitir a leitura desses limites é que, não se deve tratar todo o espaço da favela como um espaço de domínios puramente públicos ou privados, as formas de domínio são, quase a totalidade dos espaços livres ou construídos, mais públicos que privados e vice-versa, dentro de uma lógica social do espaço vivido e experienciado pelos moradores, produto também das constantes negociações silenciosas que tratamos anteriormente.

4.4. A espacialidade: sua compreensão e vivência

Espacialidade pode ser compreendido como uma das características primárias na qualificação cultural do homem. O termo se compreende como habitar. Dessa forma, deriva-se do espaço, essencialmente definido pela habitação humana, mas especialmente compreendido

dentro de um processo de retroalimentação entre comportamento e experiência das pessoas e espaço físico. Em sua amplitude de definições, o espaço não foi visto aqui de forma metafísica ou cósmica, mas sim em suas dimensões sociais (comportamento e experiência) e dimensões físicas (o espaço físico)

Yi-fu Tuan¹¹ deu-nos suporte teórico para afirmar o espaço como estrutura física e social, que nos convida à ação, deve ser experienciado junto ao tempo e por fim, transforma-se em Lugar conforme ganha definição e significado, ganha identidade. A espacialidade da Favela Vila Parque da Cidade é composta por elementos que estudamos aqui e que são o resultado da interpretação individual através da percepção humana, a partir da sua vivência e experiência. São as diversas formas como o ser humano vê e compreende o espaço, apresentado em uma forma consequente ao seu processo de gradativa ocupação e apropriação da qual falamos anteriormente.

O que se tem é uma encosta de Mata Atlântica extinta pela proliferação de habitações, antes precárias, simples, hoje dotadas de, em sua maioria, três ou quatro pavimentos, tendo algumas chegado a cinco ou seis pavimentos. Uma paisagem formada por construções estreitas e esguias sobre uma encosta bastante íngreme, de escadarias infundáveis para o alcance das maiores alturas desse morro. A ocupação da favela gera uma espacialidade dividida em espaços construídos que atingem quase setenta por cento da área total ocupada contra apenas pouco mais de trinta por cento de espaços livres.

Os espaços livres que observamos na favela são esses espaços localizados entre a casa e a via, em seu espaço fronteiro, dificultando a distinção entre ambos em seus significados. São duas categorias que não se opõem, se completam. Notamos que há momentos em que a ‘casa’ vira ‘rua’ ou a ‘rua’ vira ‘casa’, em uma leitura que se faz dos usos e domínios impostos aos lugares e morfologicamente. Concordamos com Demétrio Magnoli quando define os espaços livres da favela enquanto “todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso”¹².

Conforme constatamos, na favela Vila Parque da Cidade, esses espaços livres são formados essencialmente por uma malha de vias de acesso e circulação, geradas pelo próprio percurso, em larguras que permitem acesso a veículos em apenas duzentos metros de sua

¹¹ Tuan (1980a e 1980b)

¹² Magnoli apud Coelho et.al., 1983

totalidade. Tal fato provoca uma leitura espacial apenas segundo um ângulo de visão dos pedestres, sejam nativos ou visitantes, o que difere da cidade formal em que a paisagem urbana pode ser observada por pedestres e motoristas, em ângulos diferenciados entre si. É um espaço não planejado, resultante da configuração espacial imposta pelos espaços construídos, em uma densidade provocada pela proliferação dos mesmos, configurando a estrutura e paisagem local. Essa é uma configuração característica das favelas, dinâmica e cíclica, em um construir árduo e infindável.

4.5. A experiência do Lugar em seu cotidiano

A configuração espacial que, para os visitantes, revela um desvendar de mistérios a cada nova perspectiva surgida dos becos e alamedas atravessadas, para os nativos, revela o caminhar em meio a estreitas vias amplamente conhecidas pela experienciação cotidiana do espaço. E ganha sentido a partir da formação dos Lugares.

O espaço da favela se transforma em Lugar ao passo que ganha identidade, ou, pelas palavras de Yi-fu Tuan (1980b:151), “o espaço transforma-se em Lugar à medida que adquire definição e significado”¹³.

Essa pesquisa confirmou que, quando falamos do ‘eu’ e sua experiência, conseqüentemente falamos do invólucro que o cerca, o espaço construído e, especialmente, quando abraçamos espaço construído e experiência, falamos em cultura, como acúmulo de experiência, vivida nos espaços.

Através dessa interação entre o ser e o meio, temos a transformação dos espaços, aqui observados, a criação desses Lugares socialmente produzidos. Lugares produzidos como na Vila Parque da Cidade, uma favela, e, como tal, de forma geral, um aglomerado de casas autoconstruídas em invasões ilegais de terrenos públicos ou privados, nesse caso já dotados de infraestrutura urbana¹⁴.

Gustav Fisher fala sobre esse “vivido sócio espacial”¹⁵, mostrando uma interdependência entre comportamento e espaço, afirmando que o espaço vivido se constrói a partir da prática de apropriação do espaço. Todos os espaços vividos na favela são Lugares em potencial. São os lugares do comércio, definidos pela experiência diária de negociações e

¹³ Tuan, 1980b, p. 151.

¹⁴ Ver Duarte, 2000.

¹⁵ Fisher, 1994.

vendas, são os Lugares do encontro de fins de semana, ou mesmo os Lugares das brincadeiras. O comércio ocupa seu espaço, a dona de casa define seu território e as crianças usufruem os espaços a elas disponível.

Enquanto houver cotidiano, haverá produção de espaços e transformação dos mesmos em Lugares. Haverá relações sociais e interpessoais. Na favela, perpetuarão as negociações, silenciosas e pacíficas em prol de um equilíbrio social. Haverá leis e normas de convívio; haverá uma distinção quase imperceptível entre os domínios público e privado dentro dessa ordem social e uma linha tênue definindo os limites entre os mesmos.

Quando fomos apresentados a Vila Parque da Cidade, chamou-nos a atenção sua espacialidade e o reconhecimento dos Lugares produzidos pelo cotidiano local. Compreendemos a formação desses Lugares através dos mecanismos de transformação dos usos e apropriação dos espaços, no surgimento de um sentimento de pertencimento dos habitantes em relação à favela. Detectamos as formas de apropriação dos espaços, sendo eles livres ou construídos, procuramos decifrar os códigos das negociações entre os moradores quanto à expansão de suas edificações, quanto aos limites dados pelos domínios público e privado. No entanto, encerramos esse trabalho em um processo inverso de entendimento. Trouxemos em conclusões as formas de apropriação ocorridas na favela e as relações entre os domínios aqui descritos.

Por fim, compreendemos, a partir daí, a leitura que fazemos da espacialidade apresentada no local, estampada em sua paisagem. Identificamos então a formação dos Lugares, como produto de todo esse processo de experiência e vivência cotidiana da favela, num processo cíclico, no qual não se pode detectar seu início ou fim. Um processo que prossegue em constantes repetições. Aqui, sua análise permite uma pausa. Mas que deve ser retomada por novas pesquisas, em prol de maiores esclarecimentos para questões que teimarão em surgir sobre esse assunto.

5. REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. Rua de Mão Única. Obras Escolhidas II. São Paulo. Brasiliense, 1995.
- DUARTE, C. R. de S. Dinâmica do Processo Espacial De uma Habitação Em Favela. Comunicação apresentada no Colóquio França-Brasil, Rio de Janeiro, outubro de 1993.
- FISCHER, G. N. Psicologia Social do Ambiente. Instituto Piaget – Sociedade Industrial Gráfica Ltda. Lisboa: 1994.
- NORBERG-SCHULZ, C. Existence, Space & Architecture. London: Studio Vista London, 1971.
- _____. Genius Loci: Vers une Phénoménologie de l'Architecture. Paris: Oslo, 1976, pp. 6-49 [cap. I].
- _____. Pour une Anthropologie de la Maison. Paris: Dunod, 1972.
- TUAN, Y. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Editora Difel, 1980a.
- _____. Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência. São Paulo: Editora Difel, 1980b.